

AMATRA

| AGOSTO - 2015 |

INFORMA

XXIX EMAT

Magistrados discutem as
mudanças do novo Código
de Processo Civil



Amatra1 promove seminário
sobre Trabalho Infantil



No mês de agosto, realizamos o XXIX Emat, cujo tema central foi o novo CPC e sua repercussão no nosso cotidiano. Convidamos o filósofo Noel Struchiner, a procuradora Patrícia Perrone e o desembargador federal Aluísio Mendes para abordarem o assunto sob ângulos distintos e fomentar o debate entre os associados. Além disso, a programação social foi bastante intensa, com atividades programadas pelo Club Med Rio das Pedras, sede do encontro.

Outro evento importante foi o seminário “Sistema de Justiça e o Combate ao Trabalho Infantil”, promovido pelas entidades signatárias do Protocolo de Intenções que visa a desenvolver ações para a erradicação desta forma degradante de trabalho. A Amatra1 é integrante deste protocolo e tem como representante a colega aposentada Gloria Mello. O objetivo foi reunir profissionais e autoridades que atuam na proteção dos direitos de crianças e adolescentes para debater o assunto e elaborar uma

carta com orientações para a atuação das instituições fluminenses nesse sentido.

Prestigiamos a posse das colegas Rita Liggiero, Roberta Ferme e Célio Bittencourt, no cargo de titulares, assim como a posse administrativa do colega Álvaro Luiz Carvalho Moreira, em função do acesso ao cargo de desembargador do Tribunal.

Entre outras ações deste mês, participamos do II Fórum de Direito Material e Processual do Trabalho, que também abordou a temática do CPC, e prestigiamos a inauguração da sede própria do MPT/RJ e a cerimônia em homenagem ao centenário de nascimento do jurista Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes.

Boa leitura

Paulo Périssé

Presidente da Amatra1

AMATRA INFORMA EXPEDIENTE

Diretoria Amatra1

Presidente| Paulo Guilherme Santos Périssé
1º Vice-Presidente| Cléa Maria Carvalho do Couto
2º Vice-Presidente| Letícia Costa Abdalla
Secretário Geral| Ronaldo da Silva Callado
1º Diretor Financeiro| Fernando Reis de Abreu
2º Diretor Financeiro| André Luiz Amorim Franco
1º Diretor Cultural| Fábio Rodrigues Gomes
2º Diretor Cultural| Lila Carolina Mota Pessoa Igrejas Lopes
Diretor de Imprensa e Comunicação|
Roberta Ferme Sivoilella
1º Diretor Social| Marise Costa Rodrigues
2º Diretor Social| Adriana Freitas de Aguiar

Informativo da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região


Diretor Administrativo e de patrimônio|
Jorge Orlando Sereno Ramos
1º Diretor de Prerrogativas e Direitos|
Cláudio Olímpio Lemos de Carvalho
2º Diretor de Prerrogativas e Direitos|
Leonardo Saggese Fonseca
Diretor de Aposentados e Pensionistas|
Mária Luiza Gama Lima
1ª Diretora de Cidadania e Direitos Humanos|
Fernanda Stipp
2ª Diretora de Cidadania e Direitos Humanos|
Aline Maria de Azevedo Leporaci
Projeto Gráfico e Diagramação| Wagner Paula
Redação| Simone Garraffel
Tiragem| 400 exemplares




Sede da Amatra1 – Avenida Presidente Wilson, 228/7 andar – Centro – RJ – CEP 20030-021

ESTAMOS DE OLHO



 A Amatra1 requereu reconhecimento do direito à licença prêmio aos associados

Aguardando pauta no Órgão Especial do TRT/RJ

 Requerido o direito de conversão em pecúnia das férias vencidas até 2009

Aguardando pauta no Órgão Especial do TRT/RJ

CONVÊNIOS

Conheça um pouco mais dos serviços oferecidos por empresas conveniadas à Amatra1:

::: Assistência Funeral Rio Pax

O consórcio é responsável pela gestão de seis cemitérios municipais da cidade do Rio de Janeiro: São João Batista, Jacarepaguá, Irajá, Inhaúma, Campo Grande e Piabas (Vargem Grande).



:: Para associados Amatra1: Taxa de adesão equivalente a 10% do salário mínimo vigente à época do contrato ou o equivalente à primeira mensalidade, quando for superior aos 10% do salário mínimo atual.

:: A mensalidade do titular é de R\$ 18,00

:: Quanto aos dependentes, o valor da mensalidade varia de acordo com a idade dos mesmos

:: Cobertura de serviços: atendimento telefônico 24 horas; urnas; cremação; liberação (junto ao IML, Consulados e outros órgãos); remoção; sepultamento; documentação; ornamentação; coroa; vestimenta; capela para velório; sepultura em cemitérios municipais.

Os telefones de contato da Rio Pax são 0800 726 1100 e (21) 2187-1100

A relação completa de convênios está disponível no site da Amatra1

Trabalho Infantil em Foco



A mesa de abertura foi composta por representantes das instituições integrantes do Protocolo de intenções para erradicação do Trabalho Infantil

há mais de três milhões de crianças e adolescentes que trabalham no Brasil e que a incompreensão sobre os problemas afetos dessa situação faz com que não haja mobilização para erradicá-la.

“Temos fundamentos jurídicos de sobra, como o ECA, a CLT e as convenções da OIT, mas faltam políticas públicas que levem a sério esse problema. Tivemos avanços na erradicação, mas ainda falta dimensionarmos melhor a situação. O nível de defasagem escolar chega a 90% no universo das crianças e adolescentes que trabalham e a chance de qualificação profissional praticamente se anula”, alertou a ministra.

O painel também teve a participação da secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa Maria de Oliveira, e a representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Maria Cláudia Falcão. Ambas frisaram que o trabalho infantil é uma violação dos direitos humanos e que as estatísticas não podem ser ignoradas. Isa elencou os principais desafios para erradicação desta forma de trabalho, entre os quais a necessidade de implementação de políticas públicas para acelerar o ritmo de redução do problema.

Políticas Públicas



Na foto: Maria Cláudia Falcão, da OIT; a ministra Kátia Arruda, do TST; o mediador do painel, procurador Marcos Moraes; e Isa de Oliveira, do FNPETI

Panorama do Trabalho Infantil no Brasil e no Mundo

O primeiro painel do Seminário tratou sobre a realidade, os desafios e as perspectivas frente às dificuldades para redução das estatísticas do problema no Brasil e no mundo. A ministra do TST, Kátia Arruda, que faz parte da rede de luta contra o trabalho infantil, alertou para o fato de que ainda



No sentido horário: o procurador Rafael Marques; o auditor Eugênio Santana; a gestora Ana Cláudia Figueiredo; e o promotor Marcos Moraes

Na sequência, o painel “Trabalho Infantil e Políticas Públicas” reforçou a importância do direcionamento de ações que assegurem o direito que crianças e adolescentes têm de não trabalhar. O procurador do trabalho e coordenador nacional de combate à exploração do trabalho de crianças e adolescentes, Rafael Dias Marques, ressaltou que cada município deveria definir um plano de combate ao trabalho infantil, avaliando como o problema pode ser resolvido. Como exemplos de soluções para o combate à exploração de crianças e adolescentes, citou a implantação de educação em tempo integral nas escolas, a ampliação de Centro de Referência de Assistência Social (CRAS e CREAS), além de investimentos em áreas como assistência social, profissionalização de adolescentes e geração de emprego e renda para as famílias.

Para falar sobre programas que já estão em andamento, foram convidados a gestora do programa de erradicação do trabalho infantil do município do Rio de Janeiro, Ana Cláudia Figueiredo, e o auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, Eugênio Santana Marques. Fechando o painel, o promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro, Marcos Moraes Fagundes, acrescentou que é necessária a mudança da mentalidade de que o trabalho

infantil é melhor do que a alternativa de roubar. “Essas crianças precisam estudar, fazer esportes. Precisamos atendê-las com políticas adequadas. Trabalhar não é solução”, concluiu.

Piores Formas



Participaram do painel, a procuradora do trabalho Sueli Bessa; a promotora Clisângel Gonçalves; a procuradora-chefe do MPT, Teresa Basteiro; e a defensora pública Eufrásia Souza

O painel “Trabalho Infantil e Piores Formas” contou com a participação da promotora de justiça titular da 12ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, Clisângel Gonçalves, da defensora pública Eufrásia Maria Souza das Virgens e da procuradora do trabalho e coordenadora regional da Coordenadoria de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho, Sueli Teixeira Bessa. A exploração sexual e a utilização de crianças e adolescentes no tráfico de drogas foram os assuntos abordados, com alerta para a necessidade cumprimento da Convenção 182, da OIT, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação.

Oficinas

Os participantes do seminário integraram grupos temáticos sobre trabalho infantil artístico e narcotráfico, para elaboração de orientações para atuação de todos agentes que militam no combate a este problema. Fechando os trabalhos, foi realizada uma plenária de validação dos pontos sugeridos.

XXIX EMAT

O Papel do Juiz frente ao novo CPC



Se o juiz sistematicamente se afastar das regras, induzirá outros agentes decisórios a cometerem erros" (Noel Struchiner)

Fazendo uma analogia entre o poder de decisão do juiz e os mecanismos automático e manual de uma máquina fotográfica, o filósofo Noel Struchiner abriu os trabalhos do XXIX EMAT, que aconteceu nos dias 28 e 29 de agosto, em Mangaratiba, município da região de Itaguaí. O evento, que reuniu associados para o debate sobre os aspectos práticos do novo Código de Processo Civil (CPC) e suas principais inovações, foi organizado pela Amatra1, com apoio da Escola Judicial do TRT/RJ e patrocínio do Banco do Brasil.

Em sua intervenção, Struchiner destacou que, quando o Direito incorpora o modo manual, o juiz é levado a embarcar no terreno moral, desafiando-o a fazer algo que ele não foi treinado a fazer, enquanto estudava, ou seja, chegar à decisão não apenas consultando o material jurídico, mas usando também a razão e a emoção, combinadas às regras.

Citando os modelos de tomadas de decisão, dentre os quais o particularista, onde as regras funcionam apenas como sugestões, e o formalista, que

é baseado em regras, decompôs a tese das coisas que afetam as decisões, principalmente focando na questão dos dilemas morais que surgem ao longo do processo.

"O Direito é construído assim, com regras pré-programadas e com mecanismos os quais precisamos adequar. Se o juiz sistematicamente se afastar das regras, induzirá outros agentes decisórios a cometerem erros. Ao colocar a máquina demasiadamente no modo manual, nem sempre as fotos ficam boas", analisou.

Precedentes e Papel do Juiz

No segundo dia do XXIX EMAT, a procuradora do Estado do Rio, Patrícia Perrone, falou sobre as mudanças que envolvem os precedentes, a partir da vigência do novo CPC. Trazendo o histórico em relação aos tipos existentes de eficácia de precedentes, deixou claro que, até então, não cabia reclamação para todo tipo de questionamento do descumprimento



mento de uma decisão proferida em repercussão geral e que, agora, ampliam-se as hipóteses de precedentes normativos – que são decisões vinculantes, que produzem efeito erga omnes - e se admite a propositura de reclamação, caso haja inobservância das decisões da Corte.

"Com o novo CPC, a novidade é a eficácia normativa de todos os precedentes proferidos em casos repetitivos pelo STF, pelo STJ e pelos tribunais locais. Isso significa que, agora, os tribunais locais também terão seu incidente de julgamento de casos repetitivos e que a jurisprudência fixada por esses tribunais deverá, obrigatoriamente, ser observada pelos juízes de primeiro grau, sob pena de reclamação", explicou Patrícia.

A procuradora ressaltou que essa mudança preocupa os Tribunais, porque não há estrutura e servidores para lidar com o provável volume de reclamações que poderá acontecer. "Nosso sistema, como se encontra hoje, não pode ficar desse jeito. É preciso haver mais coerência e igualdade na jurisprudência produzida entre as Cortes. É preciso que seja assimilada uma cultura de respeito aos precedentes judiciais. E esse respeito depende dos juízes vinculados e dos tribunais, porque, se não prestigiarem seus próprios precedentes, e mudarem a jurisprudência a todo o momento, os juízes não têm condição de aplicar esses precedentes de forma coerente", alertou.

Outra mudança apontada pela Procuradora diz respeito aos precedentes com eficácia intermediária, que são decisões que produzem efeitos para além

do caso concreto das decisões proferidas, mas o descumprimento não está sujeito à Reclamação. Segundo ela, o novo Código determina que as súmulas simples do STF, em matéria constitucional, as do STJ, em matéria infraconstitucional, e as decisões do Pleno ou do Órgão Especial dos tribunais, devem ser, obrigatoriamente, seguidas pelos juízes

A Procuradoria destacou que a otimização e a racionalização dos recursos que chegam ao Judiciário favorecem maior eficiência nas decisões. "É preciso tentar alocar esses recursos, para se dedicar à reflexão de matérias que ainda não estejam pacificadas. Essa é a lógica que justifica a inserção dos precedentes vinculantes", ponderou ela, acrescentando que é uma ilusão pensar que os precedentes reduzem importância da atuação dos magistrados. "Será necessário haver permanente diálogo entre instância vinculada e vinculante, sob pena de esta segunda se desmoralizar por não ter seus precedentes cumpridos", concluiu.

Fechando os trabalhos, o desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Aluísio de Castro Mendes, trouxe alguns pontos do CPC que trarão impacto na magistratura. Entre eles, apontou a questão da conciliação e da mediação, que deverão ser estimuladas no curso do processo judicial. "Ainda que a Justiça do Trabalho já tenha a cultura da conciliação, haverá necessidade dos juízes se preocuparem mais com essa perspectiva e, também, apresentarem propostas de criação de órgãos ou recursos humanos que possam auxiliar nessa incumbência, buscando resultado profícuo com a conciliação", disse o magistrado.



ACONTECEU

Em relação ao princípio do contraditório, ressaltou que a inovação está na determinação expressa de que o juiz não poderá decidir sem que tenha dado oportunidade às partes de se manifestar, mesmo que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

Sobre a gratuidade de Justiça, o desembargador evidenciou que houve um mix de incorporação de jurisprudência e de inovação, passando a dar mais liberdade ao juiz, que poderá conceder o direito ao parcelamento de despesas processuais. Além disso, poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais.

O polêmico Artigo 190, que versa sobre a licitude de as partes estipularem “mudanças no procedimento, para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo”, também foi citado por Mendes.

“Esta flexibilização de procedimentos vem sendo tema de grandes teses, pois, por um lado, parece importante que as partes possam ter liberdade de acordarem regras procedimentais, mas, por outro, é uma liberdade cinzenta que mexe com a previsão legal, pois as partes poderão convencionar o tempo para sustentação oral, por exemplo. Então, será preciso haver limitação nesse sentido”, alertou.

Também foram elencadas mudanças relacionadas à Tutela Provisória, fundamentação da sentença, honorários advocatícios, sistema recursal, prazos processuais e outros pontos do novo Código.

Solenidade de abertura

Para dar as boas vindas aos participantes do XXIX Encontro dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região, o presidente da Amatra1, Paulo Périssé, convidou o representante da Escola Judicial do TRT/RJ, desembargador José Nascimento de Araújo Netto, e o Juiz Titular da Região de Itaguaí, Ronaldo Callado. Todos frisaram a importância dos debates que seriam fomentados ao longo do evento, para melhor percepção dos novos caminhos que o Código de Processo Civil traçará para a magistratura. O representante do Banco do Brasil, Leandro Guimarães, também compôs a mesa de abertura.

Entretenimento

Os participantes do XXIX EMAT puderam desfrutar das atividades sociais oferecidas pelo Club Med, entre as quais passeios de caiaque, jogos de vôlei e futebol, arco e flecha, caminhadas e esqui aquático. À noite, a festa Jeans e Branco, na sexta-feira, e a Preto Total, no sábado, encerraram o calendário de eventos.



Os associados se despediram de mais um EMAT, na festa de sábado à noite



Os magistrados Paulo Périssé, Ronaldo Callado e José Nascimento; e o representante da empresa patrocinadora, Leandro Guimarães, compuseram a mesa de abertura do EMAT

CURTINHAS

Fórum

Representando a Amatra1, a vice-presidente Cléa Couto integrou a mesa de abertura do II Fórum de Direito Material e Processual do Trabalho, que reuniu desembargadores e juízes da 1ª Região para debates sobre o tema “Novo Código de Processo Civil e Processo do Trabalho”. O objetivo do evento foi promover debates sobre a uniformização e a consolidação de jurisprudência do Tribunal, em relação a temas como dano moral, jornada, procedimentos de audiência e execução. Depois de três dias de debates em oficinas de trabalho, foram aprovados 52 enunciados de uniformização de jurisprudência e 50 de compatibilização entre o novo CPC e a CLT, que subsidiarão a Comissão de Jurisprudência para deliberação de propostas de súmulas a serem encaminhadas ao Tribunal Pleno do TRT/RJ.



CNJ

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou a resolução que cria a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. O texto estabelece princípios, diretrizes e ações voltados para a preservação da saúde física e mental desses profissionais. Foi aprovada com base em proposta elaborada pelo grupo de trabalho criado pela Portaria n. 43/2014, composto por magistrados e servidores da área de saúde. O juiz do trabalho da 1ª Região, André Gustavo Villela, foi um dos participantes deste grupo.

Centenário

Durante Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do TRT/RJ do dia 06, no Plenário Délio Maranhão, foi realizada uma cerimônia em homenagem ao centenário de nascimento do jurista Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes, responsável pela elaboração do Decreto que incorporou a Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário. O presidente da Amatra1, Paulo Périssé, participou da comemoração, que contou também com outras autoridades do meio jurídico e familiares do homenageado. Na ocasião, a filha de Geraldo, Mônica Bezerra de Menezes, falou em nome da família. A íntegra do discurso proferida por ela está disponível na área restrita do site da Amatra1.



Corregedor-Geral

O presidente e a vice-presidente da Amatra1, Paulo Périssé e Cléa Couto, foram recebidos pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Batista Brito Pereira, na tarde do dia 04 de agosto, na sede do TRT/RJ. Na oportunidade, expuseram os problemas relacionados ao PJe, com ênfase à questão do inventário, e ao E-Gestão. O ministro esteve no Rio de Janeiro por conta da realização de Correição Ordinária no Tribunal.

CURTINHAS

Novo Desembargador

No dia 24, o juiz Álvaro Luiz Carvalho Moreira foi empossado desembargador do TRT/RJ. Promovido por merecimento, foi indicado em sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada no dia 11 de junho, e designado para integrar a 4ª Turma. A assinatura do Termo de Compromisso e Posse foi realizada no gabinete da presidente do Tribunal, desª. Maria das Graças Paranhos. A presidente em exercício da Amatra1, Cléa Couto, esteve presente à posse, assim como familiares do empossado.

Posse de Titulares

No início do mês, aconteceu a solenidade de ratificação de compromisso e posse das juízas Rita de Cássia Ligiero Armond e Roberta Ferme Sivoilella, que assumiram, respectivamente, a titularidade da 2ª Vara do Trabalho de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e da 1ª Vara do Trabalho de Macaé. No dia 20, foi a vez do juiz Célio Baptista Bittencourt ser empossado no cargo de Titular. Promovido por antiguidade, assumiu a 1ª Vara do Trabalho de Angra dos Reis.



Visitas Guiadas

Em agosto os associados participaram de duas visitas mediadas organizadas pela Diretoria Social da Amatra1. No dia 07, foram ao Museu de Arte do Rio (MAR) conferir a exposição “Tarsila e Mulheres Modernas no Rio”. No dia 21, houve nova visita guiada à exposição “Picasso e a Modernidade Espanhola”, no Centro Cultural Banco do Brasil.



Inauguração

O presidente da Amatra1, Paulo Périssé, prestigiou a cerimônia de inauguração do novo prédio-sede do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ), no Centro do Rio. A procuradora-chefe do MPT-RJ, Teresa Basteiro, presidiu a solenidade, que também teve a participação de outras autoridades, como o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, e a presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), Maria das Graças Paranhos.

ANIVERSARIANTES

Setembro

Marcela de Miranda Jordão	02
Renato Alves Vasco Pereira	03
Tércio Pinto Rubim	06
Delano de Barros Guaicurus	07
José Horta de Souza Miranda	07
Fábio Correia Luiz Soares	08
Mirna Rosana Ray Macedo Corrêa	08
Maria Thereza da Costa Prata	09
Regina Célia Silva Areal	10
Rosilda Lacerda Rocha	10
Renata Orvita Leconte de Souza	11
Daniela Collomb Michetti	12
Izidoro Soler Guelman	12
Janice Bastos	13
Joana de Mattos Colares	13
Claudia Maia Teixeira	14
Letícia Costa Abdalla	14
Paulo César Moreira Santos Junior	14
Luciana Muniz Vanoni	15
André Luiz Amorim Franco	17
Katia Emílio Louzada	17
Adriana Paula Domingues Teixeira	18
Francisco Antonio de Abreu Magalhães	18
Michael Pinheiro McCloghrie	19
Rossana Tinoco Novaes	19
Felipe Bernardes Rodrigues	20
Elisângela Figueiredo da Silva	22
Leydomir Lago	24
Tânia da Silva Garcia	24
Josneide Jeanne Carvalho Nascimento	25
Maria do Socorro Duarte da Silva	25
Maurício Madeu	26
Lúcia Maria Motta de O. Barros	27
Antônio Paes Araújo	30
Damir Vrcibradic	30



Outubro

Aloysio Silva Corrêa da Veiga	01
Antonio Cesar Coutinho Daiha	02
Bruno Losada Albuquerque Lopes	02
Heloísa Juncken Rodrigues	02
Maria Bernadete M. B. da Silva	02
Nelson Tomaz Braga	02
Camila Leal Lima	03
Carlos Coelho dos Santos	03
Ieda Lucimar Mastrangelo Corrêa	03
Paulo Marcelo de Miranda Serrano	03
Renata Jiquiriçá	03
Angela Fiorencio Soares da Cunha	05
Anna Britto da Rocha Acker	05
Anélita Assed Pedroso	06
Roberta Lima Carvalho	07
Élen Cristina Barbosa Senem	08
Gustavo Tadeu Alkmim	08
Fabírcia Aurélia Lima Rezende Gutierrez	09
Ivan Dias Rodrigues Alves	10
Gláucia Zuccari Fernandes Braga	14
Leonardo Dias Borges	14
Nilton Rebello Gomes	14
Rogério Lins Albuquerque	14
Cristina Solange Rocha da Silva	15
Comba Marques Porto	16
Marly Costa da Silveira	16
Rosane Ribeiro Catrib	18
Monique da Silva Caldeira	20
Roberta Ferme Sivoilella	23
Elisabeth Manhães Nascimento Borges	25
Áurea Regina de Souza Sampaio	27
Adriana Leandro de Sousa Freitas	28
Victor Pedroti Moraes	28
Glener Pimenta Stroppa	30
Leonardo Almeida Cavalcanti	31
Luciana Gonçalves de O. P. Neves	31



Acesse:
www.amatra1.com.br

Avenida Presidente Wilson, 228 - 7º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2240-3488